

A PARADIPLOMACIA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ENTRE URUGUAY E BRASIL

Rodrigo da Costa Segovia ¹

RESUMO

As fronteiras entre o Brasil e Uruguai estiveram estagnadas durante o período da Pandemia do Covid 19, vivenciamos um período em que o turismo parou e com isso surge a necessidade de propor novas ações a luz de um novo tempo. O projeto de criação do Calendário Binacional Esportivo proposto durante os estudos no mestrado em geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro proporcionará conhecer a realidade de vinte e seis municípios, brasileiros e uruguayos que hoje fazem parte das ações da Agenda Binacional de Integração Fronteiriça, assim propondo uma regionalização do turismo por meio dos eventos esportivos. Para isso, foi necessário desenvolver uma pesquisa qualitativa de modo exploratório a fim de conhecer a realidade da gestão pública municipal, a capacidade de carga dos municípios, quais atores praticam esportes e que modalidades existem. De posse dessas informações, procura-se sair da informalidade do projeto, ultrapassando as ações subnacionais em busca de uma diplomacia entre as regiões, fomentando a criação do Calendário Binacional Esportivo e sua governança turística.

Palavras-chave: Fronteiras, Governança, Regionalização, Binacional, Turismo.

RESUMEN

Las fronteras entre Brasil y Uruguay estuvieron estancadas durante el período de la Pandemia Covid 19, vivimos un período en el que el turismo se detuvo y con ello surge la necesidad de proponer nuevas acciones ante un nuevo tiempo. El proyecto de creación del Calendario Deportivo Binacional propuesto durante los estudios de la maestría en geografía de la Universidad Estadual de Río de Janeiro permitirá conocer la realidad de veintiséis municipios, brasileños y uruguayos, que hoy forman parte de las acciones de la Agenda Binacional de Integración Fronteriza, proponiendo así una regionalización del turismo a través de eventos deportivos. Para lograrlo, fue necesario desarrollar una investigación cualitativa de manera exploratoria con el fin de comprender la realidad de la gestión pública municipal, la capacidad de carga de los municipios, qué actores practican deportes y qué modalidades existen. Con esta información buscamos ir más allá de la informalidad del proyecto, yendo más allá de las acciones subnacionales en busca de diplomacia entre regiones, impulsando la creación del Calendario Deportivo Binacional y su gobernanza turística.

Palabras clave: Fronteras, Gobernanza, Regionalización, Binacional, Turismo.

¹ Doutorando do Curso de Pós Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio, rodrigo.turismo.unipampa@gmail.com;
Bolsista Faperj

INTRODUÇÃO

O projeto desenvolvido através do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem como intuito propor a criação de um Calendário Binacional Esportivo, sugerindo a criação de uma instância de governança turística de caráter binacional, as ações estão sendo desenvolvido entre 26 municípios, 13 uruguaios e 13 brasileiros, municípios que estão participando desde o início da proposta de criação da Agenda Binacional de Integração Fronteiriça conforme veremos no decorrer do artigo.

Para melhor compreensão acerca do projeto será necessário apresentar a trajetória do pesquisador, morador da fronteira Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil com Rio Branco, Cerro Largo, Uruguay, durante sua permanência na fronteira participou ativamente como produtor cultural, formou se em Gestão do Turismo e esteve como Secretário de Cultura e Turismo do município. Posterior deixar o cargo de Secretário de Cultura e Turismo e ter fixado residência na cidade do Rio de Janeiro, a convite do presidente do Clube Frontera, instituição uruguaia que propõem a criação da Agenda Binacional de Integração Fronteiriça, o turismólogo continua como voluntário nas ações que são propostas deste a sociedade civil uruguaia.

A ações subnacionais já acontecem quase que naturalmente nas fronteiras e através da paradiplomacia os munícipes brasileiros e uruguaios acreditaram e demonstraram interesse em participarem do projeto, sendo assim foi solicitado que cada gestor municipal entregasse uma carta de intenção caracterizando a participação dos respectivos municípios no projeto de criação da Agenda Binacional de Integração Fronteiriça e seu Calendário Binacional Esportivo.

O conceito de “paradiplomacia” foi criado nos anos 1986 e 1990 pelos professores Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos. Embora já sendo utilizado na área do Direito Internacional, foi nos meados de 1970 que o termo foi concebido pelas Relações Internacionais (JUNQUEIRA 2018, p. 26).

Alguns municípios de pronto começaram a responder por e-mail entregando os documentos solicitados e outros não, tendo essa problemática precisávamos organizar uma reunião para nos conhecermos pessoalmente e possibilitar o diálogo entre prefeitos, alcaldes, vereadores, ediles, representantes do ministério do turismo uruguaio e secretaria de turismo do estado do Rio Grande do Sul.

Optamos por trabalhar diretamente com o sub consulado brasileiro na cidade de Rio Branco, Uruguai e com o consulado uruguaio na cidade de Jaguarão, Brasil, visto que os consulados representam ambos os países e a princípio são instituições apolíticas. Depois de algumas reuniões presenciais e a distância com secretários e prefeitos de ambos os municípios partimos para a organização do primeiro evento de integração. Evento que ocorreu no Balneário Lagoa Mirim, Rio Branco, Uruguai em fevereiro de 2022. O projeto da Agenda Binacional de Integração Fronteiriça e seu Calendário Binacional Esportivo possibilitará discutir e tentar sanar algumas demandas dos moradores da fronteira, sendo que o Calendário Binacional Esportivo pretendo criar o fluxo de turistas através da concepção dos eventos esportivos, sendo que em um determinado momento a quebra da sazonalidade turística irá ocorrer no Uruguai e em outro momento no Brasil, possibilitando a fruição do turismo internacional ou binacional.

O turismo internacional é o movimento de atravessar fronteiras internacionais, enquanto o turismo doméstico diz respeito a viagens dentro dos limites nacionais (PEARC, 2003, p. 83). Neste caso o fluxo criado através do turismo de eventos servirá como alternativa para novas atividades turísticas desde que bem planejadas, oferecendo aos turistas a possibilidade de desfrutar dos atrativos inerentes a este meio, esse segmento de eventos mostra-se intimamente ligado ao aproveitamento dos equipamentos turísticos da localidade receptora, significando que a motivação para a viagem denota se no evento, entretanto, o turista utilizara uma gama mais ampla de serviços turísticos.

Portanto, o profissional de eventos “deve saber, antes de tudo, construir relacionamentos, entender que pessoas de culturas diferentes veem as coisas de formas diferentes. Portanto, deve aprender a própria cultura, aprender a do interlocutor, e procurar adaptar-se, ser paciente”. (ANDRADE, 1999, p. 31).

Nesse contexto apresentamos as diferentes tipologias de eventos que existem conforme o quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Tipologias em eventos (continua)

Tipologias em eventos	Tipologias em eventos
Apresentações artísticas	Feiras comerciais
Carnavais	Comemorações
Festivais	Competições, torneios e apresentações
Ensaio	Jogos de guerra



Exposições artísticas	Espetáculos de artifício
Datas dedicadas ao meio ambiente	Maratonas

Quadro 1 – Tipologias em eventos (conclusão)

Festivais no interior	Apresentações aéreas
Recepções	Festivais étnicos
Aparições de celebridades	Caminhadas patrocinadas
Feiras agrícolas	Feiras de animais
Visitações a instituições e propriedades	Corridas ao redor do mundo
Jardins para visitaçao (Garden Displays)	Concursos de beleza
Concursos de bandas	Apresentações teatrais
Excursões de trailers	Passeios ecológicos
Viagens de barco	Ralis motorizados
Roteiros históricos	Competições militares
Mostras em museus	Festas de rua
Feiras profissionais	Recepção ao ar livre
Festivais de música	Feiras
Seminários educacionais	Desfiles

Fonte: Watt, 2004.

Além dessas tipologias de eventos, outras ainda podem ser apresentadas, cada uma com suas especificidades. De acordo com Watt (2013, p. 16), “[...] os eventos têm características singulares, mas também possuem suas semelhanças. Os princípios básicos e as questões práticas gerais da organização de eventos podem ser aplicados a todos”.

Para este estudo, que propõe a criação de um Calendário Binacional Esportivo com o intuito de gerar fluxos de transeuntes entre ambos os países durante a organização dos eventos esportivos, ainda é necessário entender as diferentes fases da organização de eventos, compreendendo também a concepção do evento, que deve incorporar na ideia as questões relacionadas ao pré-evento, com o planejamento e a organização; o per ou transevento, que nada

mas é que a realização do evento; e, por fim, o pós-evento, em que é feita a avaliação e o encerramento.

Nesse sentido, Matias (2010, p. 154) indica que, “[...] antes de organizar um evento, é importante que a ideia seja incorporada por alguns empreendedores, que começaram a lhe dar forma mediante o levantamento do maior número possível de elementos”. Dessa forma, a concepção deve reconhecer as necessidades desse evento, elencando alternativas a serem utilizadas para suprir tais necessidades. Devem também ser identificados os objetivos, a coleta de informações sobre o público-alvo, os patrocinadores, as entidades e outras instituições em potencial, a listagem de resultados desejados, as estimativas de gastos, tempo e recursos necessários, o estabelecimento de diretrizes e a elaboração do projeto.

METODOLOGIA

A metodologia foi aplicada antes de fazer parte do programa de mestrado em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em primeiro momento elaboramos o projeto, apresentamos para gestores municipais de turismo e esportes das cidades brasileiras e uruguaias, efetuou se reuniões presenciais e virtuais, incluímos a participação de representantes do poder público através de prefeitos, vereadores, secretários, de representantes consulares, instituições de ensino, do trade e sociedade civil.

Tendo transcorrido o período de aproximadamente um ano desde a reunião com autoridades uruguaias e brasileiras durante a primeira edição da Miss Integração, evento que transcorreu no balneário Lago Mirim conforme citado na introdução, e por ainda ter pendencias quanto a entrega de documentos por parte de alguns municípios, tornou-se necessário aprofundar os procedimentos metodológicos, a pesquisa faz parte da execução do método científico a partir de seu procedimento formal e sistemático, tendo como objetivo esclarecer problemas a partir da utilização do método científico (GIL, 2008, p. 8). Quanto à natureza desta pesquisa entende-se como aplicada, sendo compreendida como um procedimento que visa gerar conhecimento para o emprego da prática, que objetiva resolver um problema concreto e imediato da sociedade (SILVEIRA; FLOR; MACHADO, 2011, p. 36-37), neste caso o entendimento desses problemas irá direcionar ações para podermos propor a criação do Calendário Binacional Esportivo e sugerir uma instância de governança turística.

Em relação ao modo de abordagem da pesquisa, classifica se como qualitativa, sendo que de acordo com (APPOLINÁRIO, 2012, p. 163-164), a pesquisa qualitativa tem como

objetivo compreender um fenômeno e não criar generalizações para evitar a distorção ou a extrapolação a partir do processo de observação, entrevistas, e discussões em grupos.

De acordo com a classificação quanto aos objetivos de abordagens da pesquisa entende-se este estudo como uma pesquisa exploratória. Conforme (GIL, 2002, p.8), pesquisa exploratória proporciona familiaridade com o problema e flexibilidade com o objeto estudado, assim, na maioria dos casos a abordagem envolve levantamento bibliográfico e entrevistas, tendo por fim, a análise de exemplos que estimulem a compreensão dos fatos. A pesquisa exploratória tem o objetivo de levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando e mapeando as condições de manifestações do objeto (SEVERINO, 2007, p. 123-124).

Referente aos procedimentos técnicos que sustentam o estudo destaca-se a pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionários, sendo assim este projeto busca realizar uma revisão bibliográfica sobre geografia, turismo, fronteira, paradiplomacia e diplomacia tendo o questionário como principal ferramenta para entender melhor a gestão pública de cada município, sua organização, quais atividades esportivas existem e qual capacidade de carga há em cada município para tornar-se uma cidade sede receptora dos eventos. Referente a amostras e a população a ser pesquisada é necessário definir quem será a população-alvo, será um grupo ou indivíduo a quem a pesquisa se aplica, para ter uma amostra válida terá que ser um subconjunto representativo da população-alvo. A palavra-chave em nossa definição de amostra é a palavra "representante."

Nossa avaliação inicial da população-alvo deverá surgir dos objetivos da pesquisa, não de um senso de quem está disponível para responder nossas perguntas, quanto mais claros os objetivos, mais fácil será definir a população-alvo. A população-alvo específica pode ser uma subclasse de uma população maior. É frequentemente instrutivo considerar a população-alvo e procedimento de amostragem do ponto de vista de análise de dados. Podemos fazer isso durante a elaboração do questionário, mas também precisaríamos reavaliar a situação depois de qualquer pré-teste do instrumento de pesquisa.

Sendo assim parti da cidade do Rio de Janeiro, tendo como destino as cidades brasileiras e uruguaias que compõem o projeto para aplicar o questionário de pesquisa com os prefeitos de ambos os municípios, a análise foi desenvolvida através das respostas coletadas e não foi utilizado a citação de nomes próprios dos prefeitos ou imagens.

Ao pensar a gestão de destinos turísticos, é possível visualizar um sistema complexo que envolve e integra componentes econômicos, ambientais, sociais e culturais de um dado território. Sob essa perspectiva, é possível vislumbrar que a conjuntura atual requer um trabalho colaborativo entre Estado e as demais esferas (sociedade civil e iniciativa privada), pois desta forma estimulará o desenvolvimento de forma colaborativa e equilibrada de um país, região e municípios. Isto é, deixa de ser uma responsabilidade inteiramente do Estado e passa a ser uma atividade que envolve a sociedade.

Neste contexto, um dos instrumentos capazes de auxiliar neste processo será estabelecer entre os envolvidos os limites e regras através do entendimento de quais possíveis desafios existem para a criação do Calendário Binacional Esportivo e sua instância de governança. É válido salientar que a governança pode ser entendida a partir das relações que envolvam o Estado, iniciativa privada e sociedade civil na tomada de decisão, estando estes aliados aos mecanismos de controle e a capacidade de coordenar as redes de atores cujo interesses não são comuns, mas passam a ser de forma cooperada.

O estudo proposto terá como foco a criação de um Calendário Binacional Esportivo e sua possível instância de governança turística em regiões que compõem mais de um país, tendo como objetivo analisar as ações que estão sendo desenvolvidas a partir das fronteiras/limites geográficos entre Brasil com Uruguai, conforme veremos na figura 1.

Figura 1 – Limite da área de estudo



Fonte: O autor, 2023.

Sabendo que os governos são transitórios e nem sempre os projetos têm sua continuidade conforme trocam as cadeiras dos poderes executivo e legislativo, é necessário desenvolver a criação de uma gestão binacional ou transfronteiriça partindo da premissa da participação de representantes de todas as esferas (executivos, legislativos, consulados e sociedade civil) de ambos os países em busca de uma política de regionalização do turismo.

No Brasil a política de regionalização do turismo promoveu a definição de destinos turísticos indutores do desenvolvimento turístico regional e a implantação de instâncias de governança como grupo gestores, vários estudos apontam que esses grupos têm como objetivo coordenar o processo de regionalização colocando muitas vezes de forma empírica às instâncias de governança de tais destinos.

O próprio termo “governança” não fica restringido ao entendimento de ser uma organização interna das empresas, mas sim avança no entendimento de que diferentes formas pelas quais a sociedade civil vem se organizando em busca de objetivos, neste caso em busca de uma regionalização do turismo entre as cidades uruguaias e brasileiras através dos eventos esportivos.

Sabendo da importância que os eventos proporcionam em um município ou região, desde a quebra da sazonalidade turística, a geração de empregos e a utilização do *trade*, o respectivo calendário proporcionará o intercâmbio entre esportistas de ambos os países, ou seja, conforme aconteça um evento no Brasil, todas cidades envolvidas participam e vice-versa. A partir das cidades sedes surgem normativas para a inclusão da sociedade civil, cidades e governos.

No viés do turismo internacional ou transfronteiriço é possível identificar três categorias instrumentais sobre a paradiplomacia, a turística, subnacional, empresarial e dos fluxos turísticos (SENHORAS, 2015).

Para os autóctones das fronteiras a paradiplomacia está presente quase que no dia a dia, sejam de maneiras comerciais, culturais e principalmente, através dos famosos acordos de cavalheiros². As ações subnacionais no viés do turismo transfronteiriço seguem o fluxo de pessoas conforme seus interesses, sejam através da busca do turismo de compras em um país ou outro, em busca de atrativos culturais, naturais ou a participação em eventos. Seguindo a lógica da busca da oferta x demanda turística incluímos diversos atores nessa construção, categorizando como “paradiplomacia turística subnacional” (SENHORAS, 2015).

² São acordos reconhecidos entre autoridades fronteiriças.

Essa busca de incluir diversos representantes tem como caráter o reconhecimento das ações subnacionais, da paradiplomacia entre ambos os atores, de reconhecimento e criação de legislações que proporcionem a médio e longo prazo a continuidade do projeto, indiferente de quais atores estejam representando os poderes executivo e legislativo de ambas regiões e países. Pensando em políticas públicas para o turismo a fim de gerar o fluxo de pessoas a nível internacional, mais uma vez encontra-se a necessidade de termos sistematizações para a implantação de políticas que potencializam a integração entre regiões transfronteiriças, "políticas que estão aos poucos se incorporando a gestão pública numa perspectiva multiprofissional, inter e transdisciplinar para sua efetiva concretização" (SEGOVIA; JASPER; NOGUEIRA, 2014).

O próprio termo governança é um conceito que nos últimos anos tem gerado um número crescente de estudos nas mais diversas áreas do conhecimento (GONZÁLEZ; TRENTIN, 2014). Ainda de acordo com as autoras, os pesquisadores em suas respectivas disciplinas adaptam o conceito de governança de acordo com seus respectivos marcos teóricos e conceituais, gerando desta forma uma série de significados confusos e múltiplos sobre a sua definição.

Como se pode constatar o conceito de governança não é novo, apesar das diversas nuances e interpretações, ele foi associado como sinônimo de governo. A disseminação do conceito se dá na década de 1970, sendo acompanhada pelas mudanças sociopolíticas e econômicas em esfera global, mostrando de forma patente o esgotamento dos modelos de atuação e gestão das políticas públicas desenvolvidas por parte dos Estados. Evidenciando que não foi somente a crise política, mas outros acontecimentos como a crise financeira de 2008 como a mais exponente, o declínio do modelo econômico vigente e as diversas crises que os países subdesenvolvidos enfrentaram nesse contexto foram fundantes para o surgimento de um novo pensamento e da reestruturação do papel do Estado havendo a descentralização das decisões que outrora se concentrava no Estado como controlador e regulador da sociedade, mas passa a adotar uma postura que visa o engajamento entre o Estado e sociedade civil (KALAOUM & TRIGO, 2021).

Embora não exista um consenso sobre uma definição de governança, é preciso compreender as diversas nuances e convergências desse conceito que é bastante amplo. Dentre as reflexões expressas está a conduzida pelo Banco Mundial na década de 1990, na qual objetivava compreender somente os resultados de políticas governamentais e notadamente a forma como os governos exercem seus poderes. Nesse contexto, o documento do Banco Mundial *Governance and Development* define governança como “a maneira pela qual o poder

é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento” (WORLD BANK, 1992, p. 2). É também entendida como a totalidade das formas utilizadas por indivíduos e instituições, sejam públicas e/ou privadas para o gerenciamento de assuntos que sejam comuns (CGO, 1995).

Todavia Hall (2011) parte da perspectiva de que governança é como “o ato de governar”, mas, evidencia as múltiplas faces que o conceito de governança agrega. Pode se acrescentar que a governança na visão de Hall está fundamentada nas adaptações do Estado moderno ao ambiente político e econômico, justamente devido aos acontecimentos em esfera global, tais como globalização, crise financeira do Estado e a relação com os atores públicos e privados que colaboram na formulação das políticas públicas. Rhodes (1997) por sua vez, apresenta a definição de governança como a auto-organização de redes interorganizacionais que são caracterizadas por sua interdependência, troca de recursos em que o Estado continua mantendo a autonomia. Assim se pode afirmar que a governança moderna simboliza uma nova forma de governar que difere do modelo antigo onde o autoritarismo vigorava. Logo, se fixa na governança como um meio e processo apto a produzir resultados eficazes, sem a utilização da coerção, mas a partir da confluência das relações entre diferentes atores.

Pensando em governança e regionalização do turismo de acordo com o Ministério do Turismo (2007), regionalizar é construir um ambiente que seja democrático, harmônico e participativo entre os atores envolvidos, sejam eles o poder público, a iniciativa privada, o terceiro setor e a comunidade. A regionalização promove a integração e cooperação intersetorial, com vistas à atuação conjunta entre todos os envolvidos na atividade turística de uma determinada localidade de forma direta e indireta e de maneira sinérgica. Com isso, as regiões turísticas podem ser definidas como territórios que possuem características similares e/ou complementares, bem como aspectos em comum, seja pela identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica.

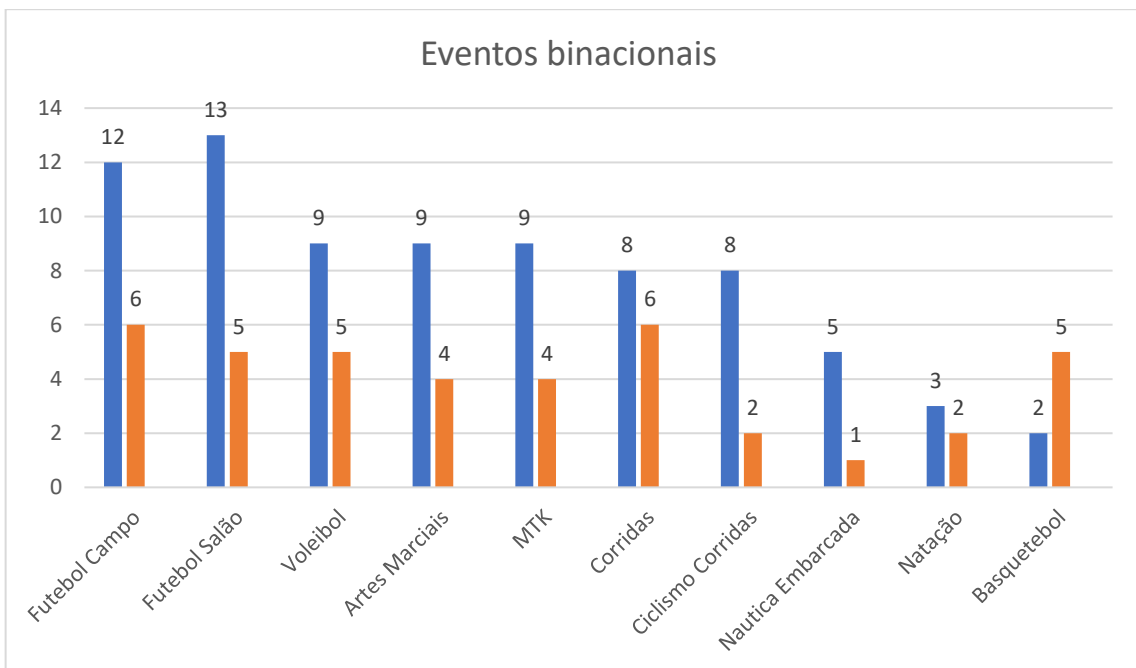
Face ao exposto, a institucionalização significa estabelecer de maneira formal o que já existe apenas delineado socialmente, ou seja, é criar, estabelecer uma organização social para um grupo constituído, até então, apenas de maneira informal (BRASIL, 2007). Em vista da região apresentada se tratar de uma região turística em que compreende dois países, Brasil e Uruguai, no qual já existem acordos e relações de maneira ainda informais e não sistematizadas. É preciso delinear, formalmente, a gestão da referida região e, para tal, é proposto a institucionalização de uma Instância de Governança Transfronteiriça.

A classificação dos dados é fundamental para aprofundar o conhecimento referente aos resultados encontrados, visto que a meta é conhecer um grupo específico, sendo assim essa ação será decisiva, nesse caso foi organizado os dados por subgrupos, sendo definidos por municípios brasileiros e municípios uruguaios conforme meu objetivo.

A divisão foi feita levando em conta diversos fatores: organização do poder público, se existem secretarias municipais de turismo, conselhos municipais de turismo, planos municipais de turismo, fundo municipal de turismo, quais práticas esportivas acontecem em cada município. Se os gestores já entregaram a relação de documentos solicitados para participarem do projeto, qual interesse de participarem do projeto de criação do Calendário Binacional Esportivo, se existem infraestruturas públicas ou privadas para prática esportiva nos municípios, meios de hospedagens, alimentação, entre outras.

Com essas filtragens foi possível efetuar comparações e ter resultados mais aprofundados, conseqüentemente gerando resultados mais certos, para ocorrer o intercâmbio através das práticas esportivas com o intuito de criar uma regionalização do turismo através do Calendário Binacional Esportivo propomos algumas atividades em conjunto entre os municípios brasileiros (azul) e uruguaios (marrom), conforme veremos no gráfico 1.

Gráfico 1 – Proposta de eventos em conjunto (eventos binacionais)



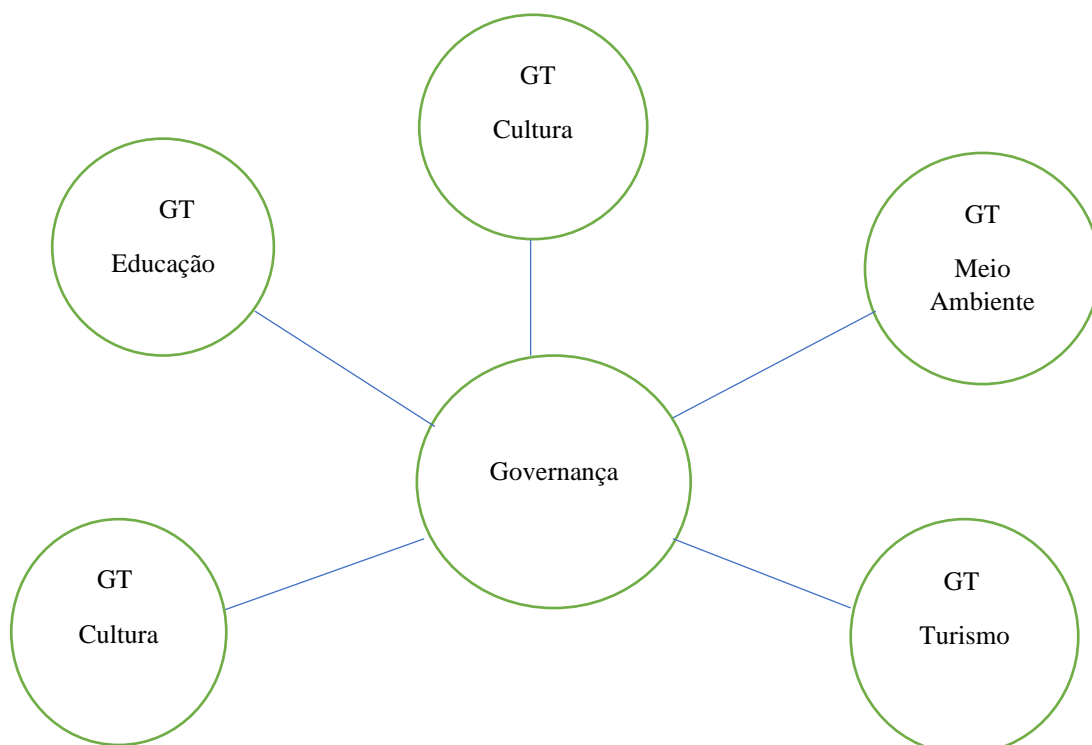
Fonte: O autor, 2023.



Este é um primeiro esboço, para que os integrantes da Agenda Binacional de Integração Fronteira e da proposta que apresento de criação de um Calendário Binacional Esportivo tenham o conhecimento das atividades que acontecem nos municípios uruguaios e brasileiros, para chegar a este gráfico foi necessário analisar as atividades que coexistem em ambos os municípios, sendo que as que existem em somente um país ficaram de fora por não possibilitarem o intercambio binacional.

Pensar a gestão do Calendário Binacional Esportivo e uma possível instância de governança turística nos permite elaborarmos um modelo de gestão onde é preciso criar um consórcio de resiliência, partindo do núcleo com a governança e seus cinco grupos de trabalho atuando com funções estratégicas, para isso é necessário definir quem coordena as respectivas atividades, criam suas metas, dentro da governança e de seus grupos de trabalho, assim pensamos uma governança multissetorialista, uma participação em pé de igualdade entre as partes interessadas (representantes da sociedade civil, esportistas, setor acadêmico, empresários e governos). A seguir, veremos um modelo proposto de consórcio por resiliência em que cada grupo de trabalho presente na Agenda Binacional de Integração Fronteira tenha seus representantes e todos dialoguem com a governança.

Figura 2 – Diálogo entre as gestões



Fonte: O autor, 2023.

importante ressaltar que na proposta de criação do Calendário Binacional Esportivo o termo instância de governança turística implica a participação e poder de decisão nas ações a serem desenvolvidas durante os eventos esportivos, podendo servir como exemplo para a Agenda Binacional de Integração Fronteiriça. Para AHRENS (2006, p.7) explica que a organização da governança “é composta de arranjos institucionais e processos políticos de formulação e implementação de objetivos políticos e refere-se à coordenação dos diversos atores públicos e do setor privado”, aqui inclui a sociedade civil de forma organizada ou não, desde que faça parte do Calendário Binacional Esportivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira de onde parte o estudo tem sua fruição continuamente, hora com os moradores locais indo trabalhar, estudar, participar de algum evento cultural de um lado ou outro da fronteira e em certos períodos com a crescente de turistas em busca de efetuarem compras nos freeshopping's, com a pandemia do covid 19 visualizamos o fechamento das fronteiras e esse fluxo de turistas foi interrompido, sendo assim o presente trabalho problematiza e busca contribuir para a regionalização do turismo além do turismo de compras.

Temos o reconhecimento do projeto por parte de gestores públicos, privados e representantes de algumas agremiações esportistas, a proposta em desenvolvimento será de grande valia para fomentar o turismo e outras ações que contempla a Agenda Binacional de Integração Fronteiriça, entretanto ainda temos que avançar em diferentes fatores, sendo necessário a criação de frentes parlamentares municipais, estadual brasileiras e departamentais uruguaias em apoio ao projeto, criar legislações municipais que reconheçam as ações binacionais e contemplar nos grupos de trabalho representantes de todas as esferas participando das ações propostas pelo projeto. Entendemos que ao ter aplicado a pesquisa nos municípios participantes do projeto conhecemos melhor qual direcionamento deveremos dar a fim de propor a criação do Calendário Esportivo e sua instância de governança turística.

Ao analisar a realidade da gestão pública municipal visualizou se os desafios enfrentados entre os gestores de ambos os países e que caminho o projeto deve tomar para contribuir com a regionalização do turismo através de sua instância de governança, algumas cidades carecem de infraestrutura adequada para receberem os esportistas e outras já receberam investimentos, principalmente as de maior concentração populacional e já consolidadas turisticamente.

A implementação de destinos turísticos e recursos oriundos dos governos federais existem, mas é de forma desigual, ao visitar os municípios é nítido notar durante a fala de seus gestores as problemáticas que enfrentam para receberem recursos destinados a infraestrutura turística, participação em feiras, organização de eventos, entre outras ações, muitos municípios não conseguem apropriar-se das ferramentas disponibilizadas pelo Ministério do Turismo de ambos países.

Para efetivar a governança turística demanda mudança na gestão dos estados, não é somente apresentar o discurso de descentralização, de fomentar a participação, mas sim de efetivar o compartilhamento do poder decisório. Para uma reestruturação da política de regionalização do turismo de caráter binacional passa pelo fortalecimento das organizações municipais e regionais, seus gestores apesar das dificuldades encontradas internamente e externamente, demonstram que é possível ter avanços através do Calendário Binacional Esportivo e sua governança.

Analisar as problemáticas similares existentes entre ambos os países e regiões ajuda a gerar soluções regionais em comum, por isso é necessário que o projeto do Calendário Binacional Esportivo fomente a participação da sociedade civil em rede, buscando organizações que trabalhem com a mesma temática, universidades, ONG'S, movimentos sociais, organizações, meios de comunicação e instituições estatais para impulsionar políticas regionais. Novos cenários mundiais, globalizados, surgem aberturas de novos mercados, mas também com o advento da pandemia e de mudanças rápidas o aumento da desigualdade social e regional se intensificou nos países ditos menos desenvolvidos e com economias desiguais.

Essa situação influí sobre o território, principalmente nas fronteiras, onde é produzido ações de exclusão ou inclusão dentro dos processos inerentes ao poder sobre eles, nesse cenário de ameaças a possibilidade, um desenvolvimento regional pode vir a transformar se em uma estratégia para combater desigualdades sociais, dinamizando a economia de ambos os lados da fronteira, gerando competitividade com aquelas regiões que estão afastadas dessa realidade.

O turismo poderá ser uma oportunidade para inclusão participativa, desde sua gestão, inclusão social, econômica e de intercâmbio entre nações. Por fim, cabe ressaltar que o estudo de caso servirá de base para pesquisas futuras, no que concerne a entender as relações que se dão no contexto das fronteiras e quais são as melhores formas e práticas de gestão de regiões com essa especificidade, concluindo que a regionalização binacional do turismo é um fenômeno processual extremamente relevante para explicar a evolução das dinâmicas fronteiriças, mesmo que sendo permeado por uma complexa construção enquanto espaços regionais e inter-regionais, cada um com sua fluidez, características fronteiriças.

- ANDRADE, Renato Brenol. Manual de eventos. Caxias do Sul: EDUCS, P.31, 1999.
- APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, P. 226, 2012.
- AHRENS, J. *Governance in the process of economic transformation*. Draft Version, apr. 2006.
- BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo. *Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, P.8, 2002.
- HALL, C. M. Policy learning and policy failure in sustainable Tourism governance: From first and second to third order change?. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 19, p. 649-671, 2011.
- JUNQUEIRA, C. G. B. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. *BIB*, n. 83, p. 26, 2018. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-83/11093-paradiplomacia-a-transformacao-do-conceito-nas-relacoes-internacionais-e-no-brasil/file>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- KALAOUM, F.; TRIGO, L. G. G. Reflexões teóricas sobre governança pública e governança turística. *Rosa dos Ventos*, v. 13, n. 1, p. 71-89, 2021. Disponível em: doi.org/10.18226/21789061.v13i1p71. Acesso em: 19 ago. 2021.
- MATIAS-PEREIRA, J. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2010.
- PEARCE, Douglas G. Geografia do Turismo: Fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Ed. Aleph, P.83, 2003.
- RHODES, R. A. W. *Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability*. Buckingham: Open University Press, 1997.
- SEGOVIA, R. da C.; JASPER, J. R.; NOGUEIRA, C. R. D. *As relações binacionais no turismo: o caso das cidades-gêmeas na fronteira entre o Rio Grande do Sul (BR), Argentina e Uruguai*. Turismo e Paradiplomacia das Cidades: o local no diálogo com o global. Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais/Cenegri, 2014.



SENHORAS, E. M. *Diplomacia e paradiplomacia turística transfronteiriça*. Turismo e Relações Internacionais. Fronteiras Transnacionais, Paradiplomacia das Cidades e Inserção Internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Centro de estudos em Geopolítica e Relações Internacionais/Cenegri, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, P. 123-124, 2007.

SILVEIRA, C. R.; FLÔR, R. de C.; MACHADO, R. R. *Metodologia da pesquisa*. Florianópolis: IFSC. P. 36-37, 2011.

VELASCO GONZALEZ, M.; TRETIN, F. Evolução da política de turismo no Brasil e Espanha: enfoque nas redes de atores. CONGRESSO INTERNACIONAL EM GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2014, Madrid, España. GIGAPP – Grupo de Investigación em Gobierno, Administración y Políticas Públicas.

VELASCO GONZÁLES, M. Governança turística: ¿Políticas públicas inovadoras a retórica banal?. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.9-s.22, nov. 2014.

WATT, D. C. *Gestão de eventos em lazer e turismo*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2004.

WORLD BANK. *Governance and development*. Washington: Oxford University Press, 1992.